

Sexualidades, Identidades de Género e Interfaces

<https://doi.org/10.21814/uminho.ed.82.4>

Rita Alcaire

Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal

<https://orcid.org/0000-0003-3189-891X>

ritaalcaire@ces.uc.pt

Resumo

O foco deste capítulo é providenciar uma visão geral da investigação académica sobre a perceção e negociação de identidades sexuais e de género de pessoas LGBTQ+ jovens adultas nas plataformas digitais.

Baseado numa revisão sistemática da literatura, mas assumindo uma perspetiva de análise crítica, o texto procura descrever as principais tendências e ausências encontradas na literatura académica recente, bem como pensar em caminhos futuros para a investigação sobre este tema. Para tal, foram considerados três aspetos mais salientes: a construção de comunidade *queer*, a negociação de *scripts* de género e a gestão e performance de identidade nas plataformas digitais.

Palavras-chave

identidades sexuais e de género, jovens LGBTQ+, comunidade *queer*, *scripts* de género, *apps*

Introdução

Sexualidades e géneros são expressões complexas e multifacetadas da experiência humana que englobam a orientação sexual, a identidade e a expressão de género, papéis sociais, comportamentos e a autoperceção de cada indivíduo, entre outros aspetos. É importante reconhecer que as identidades sexuais e de género não são categorias estáticas ou fixas e que as pessoas podem experienciar mudanças no seu entendimento de si mesmas ao longo do tempo. Acrescente-se ainda que ter uma orientação ou género não normativo não constitui uma categoria homogênea.

Nos últimos anos, as aplicações móveis surgiram como plataformas populares e importantes para (auto)exploração e expressão dessas identidades. Os média digitais desempenharam um papel crucial ao orientar as noções de “comunidade” de jovens lésbicas, gays, bissexuais, trans, transgénero, transexuais, *queer* e outras pessoas não heterossexuais e de género diverso (LGBTQ+) em torno de performances de identidade e individualidade (Pym et al., 2020). Interfaces digitais também criam espaços de conexão com outras pessoas que partilham identidades ou interesses comuns, com um impacto significativo no seu sentido de comunidade e de pertença. Comunidades online, fóruns e grupos de média sociais dedicados a géneros e sexualidades específicas ou de educação sexual facultam a pessoas utilizadoras uma variedade de recursos e de funcionalidades a que podem não ter acesso ou não encontrar este tipo de espaços e de acolhimento offline (Adkins et al., 2018; Jenzen, 2017; McConnell et al., 2017). Em paralelo, as interfaces digitais também podem apresentar desafios e riscos para pessoas com orientações e identidades não normativas, principalmente para aquelas que as preferem manter em privado no seu quotidiano ou quem ainda está em questionamento. O assédio, a discriminação e o *misgendering*, ou seja, referir-se ou relacionar-se com uma pessoa usando palavras, especialmente pronomes, ou formas de tratamento que não se alinham e que invalidam a sua identidade de género (Mkhize et al., 2020; Scheuerman et al., 2018) também ocorrem online e, por vezes, com mais violência por não haver contacto presencial, com impactos reais e significativos na saúde mental e no bem-estar de pessoas nestes espaços. A juntar a isto, os espaços digitais podem nem sempre refletir de forma precisa as complexidades e as nuances de identidades e sexualidades e, por isso, reforçar estereótipos negativos e normas que levam à exclusão.

Este capítulo explora a perceção e negociação de identidades sexuais e de género por parte de pessoas jovens adultas LGBTQ+ na literatura académica

recente. O objetivo é providenciar uma visão geral da investigação sobre este tema, baseada numa revisão sistemática da literatura, e não efetuar um estado da arte exaustivo. Assim, esta revisão assume uma perspetiva crítica, procurando descrever tendências e ausências mais comuns das investigações sobre este tema, bem como pensar em caminhos futuros para a investigação.

Plataformas Digitais: Uma Experiência de “Comunidade Queer”?

O termo “comunidade” é há muito contestado numa variedade de disciplinas nas ciências sociais bem como, especificamente, nos estudos LGBTQ+. Independentemente desse contexto, a noção de “comunidade” continua a ser significativa quando se abordam questões LGBTQ+ porque aponta para aspetos sociais e coletivos da sexualidade e do género. Tendo em conta esse pano de fundo de falta de consenso, “comunidade” torna-se um conceito ainda mais instável em contextos de média digital. Estudos sobre comunidades online de jovens LGBTQ+ demonstram como estes operam como locais para a “transferência de conhecimento subcultural” (Hanckel & Morris, 2014, p. 879) que ajudam jovens a contextualizar as suas experiências quotidianas em relação à discriminação estrutural, bem como diminuir o isolamento e providenciar apoio social. A pesquisa de Hanckel et al. (2019) revelou que as práticas de média social dos jovens LGBTQ+ podem ser vistas como uma forma de “trabalho coletivo” que implanta estrategicamente “as funções das plataformas para criar espaços de apoio e estender os seus próprios projetos queer de criação de vida” (pp. 1274–1275).

O aspeto coletivo da criação do espaço digital *queer* também é discutido por Cho (2018) em relação a pessoas jovens *queer* racializadas que privilegiam a utilização do Tumblr pela sua ausência de *default publicness*, ou seja, ausência de capacidade padrão de ser público, distinta de outras plataformas como o Facebook. Por outras palavras, como a infraestrutura do Tumblr não permite acesso fácil a pessoas que são utilizadoras casuais, exige a quem se regista um investimento pessoal de forma a interagir com outras pessoas inscritas, não requer nomes reais e não se conecta facilmente a outras plataformas. Como resultado, constitui um espaço onde pessoas jovens *queer* racializadas cultivam “códigos vibrantes de troca intra-grupo” (Cho, 2018, p. 3196). Cho traz uma outra camada a esta discussão sugerindo que as culturas *queer* do Tumblr promovem um sentido individualizado de individualidade ética, onde a noção de “comunidade” emerge através de um processo de curadoria de mundos sociais confiáveis.

Noutras investigações é enfatizada a vertente pública de muitas plataformas, como é o caso do Instagram e do Twitter. Por exemplo, Jackson et al. (2017) refletem sobre o uso do Twitter por mulheres trans, em particular a rede #GirlsLikeUs – uma rede particularmente focada em destacar o perfil e as experiências de mulheres trans racializadas – e o trabalho de *advocacy* dos seus membros. As práticas comunitárias de partilhar histórias pessoais e apoiar outras mulheres trans são descritas por Jackson et al. como “trabalho em rede”. Destacam como o uso de *hashtags* serve para conectar o político com o quotidiano, oferecendo, assim, educação pública ao mesmo tempo que promovem sensibilidades éticas de ouvir, partilhar e apoiar.

Miles (2018) argumenta que a comunidade *queer*, assim como práticas de procura de parceiros sexuais por outros homens, foram profundamente impactadas pelos média digitais. Reconhece que embora as plataformas digitais tenham sido geradoras de construção de comunidades, é difícil um consenso coerente sobre comunidades *queer* em espaços digitais.

A ideia de comunidade *queer* nas plataformas digitais aparece, assim, imaginada como uma percepção afetiva de ética partilhada, em relação com um sentido de segurança percebido principalmente em aplicações de *dating* (encontros). Ao construir os seus próprios perfis ou interpretar os de outras pessoas e gerir interações baseadas em aplicações, as pessoas utilizadas negociam continuamente as suas noções de responsabilidade para consigo e para com outras utilizadoras, juntamente com outras preocupações, como a segurança pessoal e a exploração dos seus próprios desejos e interesses.

Scripts de Género: O Reforço da Masculinidade Hegemónica e da Heteronormatividade?

De acordo com a *script theory* (Gagnon, 1990), os *scripts* de género podem refletir posturas estereotipadas de papéis de género (Simon & Gagnon, 1986), orientar comportamentos e definir expectativas de pessoas que desejam envolver-se em interações sociais (Balkin, 1998). As dinâmicas entre géneros em contextos sociais, nomeadamente no que diz respeito ao *dating*, estão a mudar lenta e marginalmente ao longo do tempo, mas os *scripts* de género parecem persistir (Eaton et al., 2016). Embora a *script theory* tenha inicialmente explorado relacionamentos entre pessoas heterossexuais, também foi aplicada a relacionamentos entre pessoas do mesmo sexo, destacando uma tendência para seguir os mesmos *scripts* em simultâneo ao

desenvolvimento de novos (Jowett & Peel, 2019). Destruindo o mito igualitário (Danet, 1998), as investigações começaram a concentrar-se na formação mútua de género e tecnologia (van Zoonen, 2002; Wajcman, 2007) e a mostrar que os papéis e estereótipos de género persistem em ambientes online.

A literatura destacou que, na tentativa de apresentar um *eu* ideal mas autêntico (Ward, 2017), as mulheres são mais propensas do que os homens a usar fotos melhoradas e enfatizar a sua juventude e atratividade física (Abramova et al., 2016). Consistente com os *scripts* tradicionais de género, as mulheres são menos propensas do que os homens a iniciar uma conversa através de mensagens privadas e parecem mais relutantes em avançar para encontros presenciais (Carpenter & McEwan, 2016; Sharabi & Dykstra-DeVette, 2019). Os homens reportam uma maior tendência para sexo casual ou relacionamentos de curto prazo do que as mulheres (Sumter & Vandenbosch, 2019). Essa tendência persiste mesmo em aplicações de *dating* que se autointitulam feministas, como o Bumble, já que persiste uma ausência de respostas eficazes quando surge masculinidade tóxica ou alguma reação forte por rejeição (MacLeod & McArthur, 2018; Pruchniewska, 2020). A investigação sobre o tema também mostra que, em contextos de *apps* de *dating* heterossexual, as mulheres parecem experienciar níveis mais altos de negociação com *scripts* tradicionais (Albright & Carter, 2019; Eaton et al., 2016). O *script* predominante que emerge da *app* mais conhecida para relacionamentos entre homens, o Grindr, é a busca pelo *one-night stand* (relacionamento único e sem compromisso), apoiada pela geolocalização (Licoppe et al., 2017).

Na sua investigação sobre os usos do Grindr em contexto português, Santos (2020) conclui que esta plataforma é um “espaço de exploração e experimentação da afetividade e do homoerotismo que atravessa a cultura gay contemporânea” (p. 26). Mas, para além da possibilidade de conexões significativas com outras pessoas com identidades semelhantes, o autor identificou o Grindr como um espaço digital de exclusão de uma forma multifacetada, que se torna mais evidente em três aspetos específicos: a expressão de género, padrões físicos normativos e a idade. No que diz respeito à expressão de género, são afastados de qualquer tipo de interação aqueles que não seguem (nem querem seguir) o formato reconhecível de uma masculinidade normativa e que são designados de forma depreciativa como “as bichas”. No que toca aos padrões normativos de corpo masculino, esta pesquisa mostrou uma valorização constante de um corpo musculado e a rejeição de todos aqueles que não cumprem esse pré-requisito. Possuir um corpo (considerado) com excesso de peso torna o sujeito predisposto a diferentes formas de *bullying*, expressas pelos utilizadores na própria plataforma. A idade também

funciona nesta *app* como um fator de exclusão, valorizando-se os sujeitos mais novos. Baseando-se no trabalho de Stoer e Magalhães (2005), Santos (2020) chama a atenção para o facto de que estas dimensões de exclusão no Grindr são três dos grandes fatores de exclusão das sociedades contemporâneas pós-capitalistas, pois representam os grandes nichos através dos quais as lógicas do mercado se articulam. De acordo com Cover (2012), “o que a cultura *queer* homonormativa faz é produzir um conjunto de exclusões que são utilizadas para policiar as fronteiras da comunidade *queer* de forma que pareça plausíveis, desejáveis e rentáveis para uma sociabilidade neoliberal mais vasta” (p. 124).

Estudos recentes têm chamado a atenção para a forma como as aplicações móveis são usadas por mulheres lésbicas e bissexuais (Fotopoulou, 2012). Na literatura ocidental, Murray e Ankersen (2016) discutiram criticamente o design técnico da aplicação norte-americana Her (anteriormente conhecida como Dattch), ao incorporar o tempo e a temporalidade como uma lógica operacional. Discutiram criticamente a materialização do discurso público e das imagens culturais de lésbicas e como isso se transformou ao longo do tempo. Da mesma forma, Bloom et al. (2016) exploraram o desenvolvimento de uma aplicação para ajudar universitárias que estão a passar por relacionamentos abusivos com pessoas do mesmo sexo. Ambos os estudos concentraram-se na perspectiva do design para entender as aplicações móveis para lésbicas, mas não exploraram as motivações das utilizadoras para se registarem e usarem aquela aplicação. Investigações recentes, como as de Tang (2015, 2017) sobre a aplicação Butterfly, de Hong Kong, adicionaram a lente das mulheres lésbicas e bissexuais não ocidentais enquanto utilizadoras. Tang (2015) baseou-se nos conceitos de “intimidade” e “copresença online” para explorar os significados sociais em evolução da identidade de género e da política manifestada nos usos de Butterfly. Com base na observação participante e em entrevistas etnográficas, analisou a negociação e manifestação de papéis de género e políticas de identidade no contexto de Hong Kong. Mais recentemente, Tang (2017) estendeu a investigação da intimidade e copresença online em relação às expectativas sociais e anseios românticos. O seu trabalho forneceu informações cruciais sobre a forma como o Butterfly disponibiliza possibilidades de criação de espaço, intimidade e comunicação entre as suas utilizadoras. Assim revelou que as experiências das utilizadoras com o Butterfly não são meramente uma manifestação das suas motivações, no nível micro, mas que estas também se entrelaçam e reforçam a heteronormatividade sociocultural macro. Choy (2018) analisou a mesma aplicação e determinou que apesar das tentativas das utilizadoras de redefinir e reimaginar os espaços abertos,

seguros e acolhedores de pessoas LGBTQ+ no Butterfly, continuaram preocupadas em serem “visíveis” para a sociedade dominante. Assim, as utilizadoras viajaram entre espaços públicos e privados e contextos on e offline em busca dos seus *eus*, de relacionamentos e comunidade “(in)visíveis”. Os fluxos multidirecionais, a mobilidade e a construção do espaço (in)visível implicam a inexistência de um local “vivido” fixo. A *app* Butterfly, como uma tecnologia de comunicação móvel de co-localização, depende da medida em que, e em que contexto, as utilizadoras cruzam os seus mundos online e offline. Embora a mobilidade e as possibilidades comunicativas da aplicação permitam intimidade dentro da comunidade Butterfly, a aceitação sociocultural, política e religiosa não é garantida. A migração da diminuição dos espaços offline visíveis para o espaço online “invisível” tecnologicamente habilitado reforça a heteronormatividade sociocultural, espacial e comunicacional.

Gestão e Performance Digital da Identidade: Em Busca do Eu Autêntico?

Um dos aspetos de maior relevância para a discussão sobre a percepção e negociação de identidades sexuais e de género na literatura académica analisada neste capítulo é o conceito de “autorrepresentação”. Em espaços digitais existe a possibilidade de curadoria da sua *persona* online e de se apresentar da forma escolhida por si, que se alinha (ou não) com a sua identidade. Pode incluir a escolha do nome a usar online, das fotografias de perfil e a descrição que preparam e que pode refletir a forma como querem ser vistas, os pronomes que usam e outros aspetos da sua identidade. Consequentemente, muitas pessoas LGBTQ+ gerem cuidadosamente as suas performances de género e de sexualidade nas redes sociais (Hanckel et al., 2019). Para tal, usam controlos de privacidade e segurança, monitorizam a sua autoexpressão, gerem redes de amizade, criam várias contas, selecionam e editam fotografias pessoais e restringem o conteúdo relacionado com assuntos LGBTQ+ a espaços mais anónimos (Duguay, 2016; McConnell et al., 2017; Vivienne & Burgess, 2012).

No entanto, boyd (2002) reconheceu que a gestão dessas diferentes facetas é particularmente desafiadora nos média sociais, onde certas dimensões e nuances são eliminadas e onde as plataformas podem não conseguir diferenciar adequadamente entre os públicos – algo que foi descrito como “colapso de contexto”. Em trabalhos subseqüentes (por exemplo, Marwick & boyd, 2011), dão-se a conhecer as maneiras pelas quais certas plataformas

de média sociais, como o Twitter, removem o contexto, tornando mais difícil para um indivíduo gerir a sua identidade de maneira seletiva e eficaz. Mais recentemente, Kerrigan e Hart (2016) recorreram à abordagem dramaturgica de Turner (1960, 1974) para descrever as maneiras pelas quais a personalidade digital é cuidadosamente montada, retratada e mobilizada por meio dos média sociais. No centro de seu trabalho está o conceito de “liminaridade” de Turner (1960), referindo-se ao estado de transição de *estar entre* (no original, “betwixt and between”). Kerrigan e Hart identificaram evidências de “múltiplos eus temporais”, em que as pessoas titulares de contas tentam vincular as suas atividades dentro de certas plataformas para gerir diferentes estados. A disponibilidade de performances de identidades passadas nos média sociais, no entanto, significa que os *eus* do passado podem coexistir com os *eus* do presente, apesar da transição para um novo estado. Dessa forma, às vezes as performances são interrompidas devido ao que intitulam de “vazamento de média social” em que as tentativas de manter diferentes identidades digitais separadas umas das outras falham.

No seu trabalho sobre a gestão de identidades LGBTQ+ nos média sociais, Talbot et al. (2022) adaptam as teorias da performance de Morgenroth e Ryan (2020) para interpretar as performances digitais de género e sexualidade de estudantes LGBTQ+ na sua transição para a universidade. Usam o termo “gestão da identidade” para se referir às estratégias intencionais e inconscientes que uma pessoa usa para adaptar as suas performances públicas, ou seja, o comportamento que sabem que o público está a assistir (Goffman, 1959). Ao contrário dos seus pares heterossexuais e cisgénero, as pessoas LGBTQ+ enfrentam desafios únicos em que devem revelar consciente e consistentemente o seu género e/ou identidade sexual (Guittar & Rayburn, 2016). Em vez disso, Orne (2011) argumenta que as pessoas LGBTQ+ avaliam situações sociais específicas antes de determinar se devem revelar uma identidade LGBTQ+, aplicando uma abordagem estratégica, ou seja, uma gestão contínua e contextual da sua identidade sexual. Brumbaugh-Johnson e Hull (2019) destacam como este revelar seletivo e estratégico também é relevante para indivíduos com diversidade de género que continuamente tomam decisões estratégicas com base no seu contexto social.

Thomas et al. (2017) descobriram ser muito comum estudantes usarem o período anterior ao início da universidade para fazer uma curadoria de seus *eus* digitais, às vezes removendo fotografias de animais de estimação e de familiares e substituindo estes registos por fotografias de festas. Num trabalho subsequente (Thomas et al., 2020), observaram que estudantes que ocultaram as suas identidades online anteriores durante a transição para a

universidade eram mais propensos a sentir solidão. Yang et al. (2018) descreveram essas dificuldades em termos de “distúrbio de identidade”, relacionando-as com a incapacidade de um indivíduo de reconciliar diferentes aspetos de si mesmo em um todo coerente. Tais descobertas são altamente relevantes para estudantes que podem achar mais difícil apresentar as suas identidades LGBTQ+ ao iniciar a universidade, que podem usar plataformas de média sociais específicas nas suas apresentações e que também podem experimentar formas de angústia de identidade enquanto lutam para gerir os seus *eus* liminares.

Outras plataformas de média sociais como o Tumblr e o Twitter facilitam *scripts* mais diversos de género e de sexualidade, permitindo que estudantes se adaptem aos seus públicos e se distanciem dos contactos domésticos. Isso reflete a descoberta de Hanckel et al. (2019) de que os jovens LGBTQ+ identificaram espaços online que são “para si” e “não para si” e fornece evidências de *eus* limitados existentes nos média sociais (Kerrigan & Hart, 2016), em que estudantes vinculam diferentes identidades a diferentes plataformas para gerir os seus estados liminares. Além de serem visíveis no Facebook, os grupos de estudantes LGBTQ+ podem usar espaços de média sociais alternativos onde se podem sentir mais à vontade para representar suas identidades.

Notas Conclusivas

A ligação entre as aplicações móveis e sexualidades e identidades de género é clara e significativa de várias maneiras. Neste capítulo, o foco escolhido foi a percepção e negociação de identidades sexuais e de género em plataformas digitais por parte de jovens adultos/os LGBTQ+, tal como identificado na literatura académica recente. Foram considerados três aspetos mais salientes: a construção de comunidade *queer*, a negociação de *scripts* de género e a gestão e performance de identidade nas plataformas digitais.

No que diz respeito à construção de uma comunidade *queer*, as aplicações permitem a indivíduos com sexualidades e identidades de género diversas encontrarem e ligarem-se a pares, partilharem experiências e encontrarem espaços de apoio. Por exemplo, no que a aplicações de *dating* diz respeito, pessoas com identidades não-normativas encontram pares compatíveis ou exploram as suas identidades num espaço seguro. A ideia de comunidade *queer* nas plataformas digitais aparece, então, como uma percepção afetiva de ética partilhada, em constante articulação com uma procura de

segurança. Isto reflete-se na construção dos próprios perfis ou interpretação dos perfis de outras pessoas, mas também na forma como se interage com outras pessoas utilizadoras das mesmas aplicações. Há uma constante negociação de noções de responsabilidade para consigo e para com outras pessoas utilizadoras, juntamente com outras preocupações, como a segurança pessoal e a exploração dos seus próprios desejos e interesses.

A literatura analisada mostra que principalmente as aplicações de *dating* revelaram narrativas predominantes relacionadas com representações normativas de género. Além disso, suposições partilhadas sobre comportamentos apropriados a ter, como, por exemplo, quem deve iniciar uma interação ou como expressar e interpretar o desejo sexual, revelam que estão em jogo *scripts* de género dominantes, que tendem a persistir ao longo do tempo, assim como os estereótipos existentes em ambientes online. Em aplicações de *dating*, onde os *scripts* normativos de género encontram maior expressividade, a construção de perfis parece ter em conta escolhas explícitas de fotos de perfil focadas em questões estéticas, as opções de filtragem valorizam certo tipo de resultados desejados e a interação com potenciais pares é também pensada. Todo este conjunto é geralmente voltado para projetar uma versão otimizada de si mesmo.

Tendo isto em conta, muitas pessoas LGBTQ+ gerem cuidadosamente as suas performances de género e sexualidade nas redes sociais, usando controlos de privacidade e segurança, monitorizam a sua autoexpressão, gerem redes de amizade, criam várias contas, selecionam e editam fotografias pessoais e restringem o conteúdo relacionado com assuntos LGBTQ+ a espaços mais anónimos.

Todos estes aspetos identificados como tendências na literatura sobre a utilização de aplicações móveis por parte de jovens adultas/os LGBTQ+ deixam-nos pistas claras sobre algumas ausências que devem ser abordadas a breve trecho pela investigação. Entre elas, a necessidade de realização de pesquisa com uma dimensão mais interseccional, percebendo as relações entre a identidade LGBTQ+ e o contexto sociocultural em que se inserem, a religião, proveniência geográfica, racialização, diversidade funcional e cognitiva, tipos de corpo, entre outros aspetos. Só desta forma, poderemos começar a vislumbrar possíveis formas de resistência a *scripts* e enquadramentos normativos que perseveram nas aplicações móveis.

Com algumas exceções, que propositadamente foram trazidas para esta discussão, o corpo de textos recolhido e analisado tem ainda um cunho ocidental muito forte e centra-se mais na experiência de homens (gays ou

homens que têm sexo com homens) do que noutras identidades e sexualidades. São também pouco focadas as motivações pessoais para usar determinadas *apps*.

A análise deixa também clara a percepção de (falta de) segurança e bem-estar de pessoas LGBTQ+ em espaços online que traz ecos das tendências já identificadas em relação ao relatado sobre a sua percepção de segurança em espaço público presencial (Alcaire, 2020). Estas questões podem ser ultrapassadas afinando alguns aspetos relacionados com o próprio desenho das plataformas (em geral e não aquelas especialmente pensadas para pessoas LGBTQ+), que devem priorizar a privacidade e oferecer opções para que os indivíduos controlem suas informações pessoais e escolham como se apresentam. Os perfis devem fornecer opções para expressarem a sua identidade de género e orientação sexual para ajudar a criar um ambiente mais inclusivo, incluindo poder selecionar pronomes, preferências de relacionamento ou a capacidade de personalizar as informações para refletir a identidade.

As plataformas precisam também de ter sistemas de moderação robustos para abordar e prevenir comportamentos fóbicos e violentos. Implementar mecanismos de denúncia e haver uma moderação treinada especialmente para aplicar ativamente as diretrizes da comunidade pode ajudar a manter um ambiente mais seguro. As plataformas online devem garantir que os seus sistemas e algoritmos não discriminem pessoas utilizadoras com identidades não normativas e isso inclui abordar vieses nas recomendações de conteúdo, resultados de pesquisa ou publicidade direcionada e garantir um tratamento justo e equitativo para todas as pessoas. Para que estas dimensões estejam acauteladas, é essencial a colaboração com organizações LGBTQ+ e incluir a sua opinião e experiência para que nas plataformas online estejam espelhadas as necessidades específicas e os desafios enfrentados pela comunidade. A colaboração com essas organizações pode levar ao desenvolvimento de políticas, funcionalidades e recursos mais inclusivos.

Referências

- Abramova, O., Baumann, A., Krasnova, H., & Buxmann, P. (2016). Gender differences in online dating: What do we know so far? A systematic literature review. In T. X. Bui & R. H. Sprague Jr. (Eds.), *Proceedings of the 49th Annual Hawaii International Conference on System Sciences* (pp. 3858–3867). IEEE. <https://doi.org/10.1109/HICSS.2016.481>
- Adkins, V., Masters, E., Shumer, D., & Selkie, E. (2018). Exploring transgender adolescents' use of social media for support and health information seeking. *Journal of Adolescent Health, 62*(3), Artigo S44. <https://doi.org/10.1016/j.jadohealth.2017.11.087>

Albright, J. M., & Carter, S. (2019). The myth of the Siren's song: Gendered courtship and sexual scripts in online dating. In A. Hetsroni & M. Tuncuz (Eds.), *It happened on Tinder: Reflections and studies on internet-infused dating* (pp. 10–30). INC.

Alcaire, R. (2020, 7 de setembro). De mãos dadas com os direitos? Percepção de segurança em espaço público por pessoas LGBTQI+. *P3*. <https://www.publico.pt/2020/09/07/p3/noticia/maos-dadas-direitos-percepcao-seguranca-espaco-publico-pessoas-lgbtqi-1930224>

Balkin, J. M. (1998). *Cultural software: A theory of ideology*. Yale University Press.

Bloom, T., Gielen, A., & Glass, N. (2016). Developing an app for college women in abusive same-sex relationships and their friends. *Journal of Homosexuality*, 63(6), 855–874. <https://doi.org/10.1080/00918369.2015.1112597>

boyd, d. (2002). *Faceted ID/entity: Managing representation in a digital world* [Dissertação de mestrado, Massachusetts Institute of Technology].

Brumbaugh-Johnson, S. M., & Hull, K. E. (2019). Coming out as transgender: Navigating the social implications of a transgender identity. *Journal of Homosexuality*, 66(8), 1148–1177. <https://doi.org/10.1080/00918369.2018.1493253>

Carpenter, C. J., & McEwan, B. (2016). The players of micro-dating: Individual and gender differences in goal orientations toward micro-dating apps. *First Monday*, 21(5). <https://doi.org/10.5210/fm.v21i5.6187>

Cho, A. (2018). Default publicness: Queer youth of color, social media, and being outed by the machine. *New Media & Society*, 20(9), 3183–3200. <https://doi.org/10.1177/1461444817744784>

Choy, C. H. Y. (2018). Smartphone apps as cosituated closets: A lesbian app, public/private spaces, mobile intimacy, and collapsing contexts. *Mobile Media & Communication*, 6(1), 88–107. <https://doi.org/10.1177/2050157917727803>

Cover, R. (2012). *Queer youth suicide, culture and identity unliveable lives?* Ashgate.

Danet, B. (1998). Text as mask: Gender, play, and performance on the internet. In S. Jones (Ed.), *New media cultures* (pp. 129–158). SAGE.

Duguay, S. (2016). 'He has a way gayer Facebook than I do': Investigating sexual identity disclosure and context collapse on a social networking site. *New Media & Society*, 18(6), 891–907. <https://doi.org/10.1177/1461444814549930>

Eaton, A. A., Rose, S. M., Interligi, C., Fernandez, K., & McHugh, M. (2016). Gender and ethnicity in dating, hanging out, and hooking up. *The Journal of Sex Research*, 53(7), 788–804. <https://doi.org/10.1080/00224499.2015.1065954>

Fotopoulou, A. (2012). Intersectionality queer studies and hybridity: Methodological frameworks for social research. *Journal of International Women's Studies*, 13(2), 19–32.

Gagnon, J. H. (1990). The explicit and implicit use of the scripting perspective in sex research. *Annual Review of Sex Research*, 1(1), 1–43. <https://doi.org/10.1080/10532528.1990.10559854>

- Goffman, E. (1959). *The presentation of self in everyday life*. Doubleday.
- Guittar, N. A., & Rayburn, R. L. (2016). Coming out: The career management of one's sexuality. *Sexuality & Culture, 20*, 336–357.
- Hanckel, B., & Morris, A. (2014). Finding community and contesting heteronormativity: Queer young people's engagement in an Australian online community. *Journal of Youth Studies, 17*(7), 872–886. <https://doi.org/10.1080/13676261.2013.878792>
- Hanckel, B., Vivienne, S., Byron, P., Robards, B., & Churchill, B. (2019). That's not necessarily for them': LGBTIQ+ young people, social media platform affordances and identity curation. *Media, Culture & Society, 41*(8), 1261–1278. <https://doi.org/10.1177/0163443719846612>
- Jackson, S.J., Bailey, M., & Welles, B.F. (2017). #GirlsLikeUs: Trans advocacy and community building online. *New Media & Society, 20*(5), 1868–1888. <https://doi.org/10.1177/1461444817709276>
- Jenzen, O. (2017). Trans youth and social media: Moving between counterpublics and the wider web. *Gender, Place & Culture: A Journal of Feminist Geography, 24*(11), 1626–1641. <https://doi.org/10.1080/0966369X.2017.1396204>
- Jowett, A., & Peel, E. (2019). Reshaping relational scripts? *Psychology & Sexuality, 10*(4), 325–337. <https://doi.org/10.1080/19419899.2019.1645726>
- Kerrigan, F., & Hart, A. (2016). Theorising digital personhood: A dramaturgical approach. *Journal of Marketing Management, 32*(17–18), 1701–1721.
- Licoppe, C., Rivière, C. A., & Morel, J. (2017). Proximity awareness and the privatization of sexual encounters with strangers. In C. Marvin, S. H. Hong, & B. Zelizer (Eds.), *Space and place and mediated communication* (pp. 57–77). Routledge.
- MacLeod, C., & McArthur, V. (2018). The construction of gender in dating apps. *Feminist Media Studies, 19*(6), 822–840. <https://doi.org/10.1080/14680777.2018.1494618>
- Marwick, A. E., & boyd, d. (2011). I tweet honestly, I tweet passionately: Twitter users, context collapse, and the imagined audience. *New Media & Society, 13*(1), 114–133. <https://psycnet.apa.org/doi/10.1177/1461444810365313>
- McConnell, E. A., Clifford, A., Korpak, A. K., Phillips, G., & Birkett, M. (2017). Identity, victimization, and support: Facebook experiences and mental health among LGBTQ youth. *Computers in Human Behavior, 76*, 237–244. <https://doi.org/10.1016/j.chb.2017.07.026>
- Miles, S. (2018). Still getting it on online: Thirty years of queer male spaces brokered through digital technologies. *Geography Compass, 11*(12), e12407. <https://doi.org/10.1111/gec3.12407>
- Mkhize, S. Nunlall, R., & Gopal, N. (2020). An examination of social media as a platform for cyberviolence against the LGBT+ population. *Agenda, 34*(1), 23–33. <https://doi.org/10.1080/10130950.2019.1704485>
- Morgenroth, T., & Ryan, M. K. (2020). The effects of gender trouble: An integrative theoretical framework of the perpetuation and disruption of the gender/sex binary. *Perspectives on Psychological Science, 6*(16), 1113–1142. <https://doi.org/10.1177/1745691620902442>

Murray, S., & Ankersen, S. M. (2016). Lez takes time: Designing lesbian contact in geosocial networking apps. *Critical Studies in Media Communication*, 33(1), 53–69. <https://doi.org/10.1080/15295036.2015.1133921>

Orne, J. (2011). 'You will always have to "out" yourself': Reconsidering coming out through strategic outness. *Sexualities*, 14(6), 681–703. <https://doi.org/10.1177/1363460711420462>

Pruchniewska, U. (2020). "I like that it's my choice a couple different times": Gender, affordances, and user experience on bumble dating. *International Journal of Communication*, 14, 2422–2439.

Pym, T., Byron, P., & Albury, K. (2020). 'I still want to know they're not terrible people': Negotiating 'queer community' on dating apps. *International Journal of Cultural Studies*, 24(3), 398–413. <https://doi.org/10.1177/1367877920959332>

Santos, H. (2020). "Só masculinos, bichas abstenham-se". O Grindr como espaço de (re) produção de homonormatividade. *Sociologia Online*, (22), 11–29. <https://doi.org/10.30553/sociologiaonline.2020.22.1>

Scheuerman, M. K., Branham, S. M., & Hamidi, F. (2018). Safe spaces and safe places: Unpacking technology-mediated experiences of safety and harm with transgender people. In K. Karahalios, A. Monroy-Hernández, A. Lampinen, & G. Fitzpatrick (Eds.), *Proceedings of the ACM on Human-computer Interaction* (Vol. 2; pp. 1–27). Association for Computing Machinery. <https://doi.org/10.1145/3274424>

Sharabi, L. L., & Dykstra-DeVette, T.A. (2019). From first email to first date: Strategies for initiating relationships in online dating. *Journal of Social and Personal Relationships*, 36(11–12), Artigo 33893407. <https://doi.org/10.1177/0265407518822780>

Simon, W., & Gagnon, J. H. (1986). Sexual scripts: Permanence and change. *Archives of Sexual Behavior*, 15(2), 97–122. <https://doi.org/10.1007/BF01542219>

Stoer, S., & Magalhães, A. (2005). *A diferença somos nós: A gestão da mudança social e as políticas educativas e sociais*. Edições Afrontamento.

Sumter, S. R., & Vandenbosch, L. (2019). Dating gone mobile: Demographic and personality based correlates of using smartphone-based dating applications among emerging adults. *New Media & Society*, 21(3), 655–673. <https://doi.org/10.1177/1461444818804773>

Talbot, C. V., Talbot, A., Roe, D., & Briggs, P. (2020). The management of LGBTQ+ identities on social media: A student perspective. *New Media & Society*, 24(8), 1729–1750. <https://doi.org/10.1177/1461444820981009>

Tang, D. T. S. (2015). Essential labels? Gender identity politics on Hong Kong lesbian mobile phone application Butterfly. In L. Hjorth & O. Khoo (Eds.), *Routledge handbook of new media in Asia* (pp. 263–274). Routledge.

Tang, D. T. S. (2017). All I get is an emoji: Dating on lesbian mobile phone app Butterfly. *Media, Culture & Society*, 39(6), 816–832. <https://doi.org/10.1177/0163443717693680>

- Thomas, L., Briggs, P., Hart, A., & Kerrigan, F. (2017). Understanding social media and identity work in young people transitioning to university. *Computers in Human Behavior*, *76*, 541–553. <https://doi.org/10.1016/j.chb.2017.08.021>
- Thomas, L., Orme, E., & Kerrigan, F. (2020). Student loneliness: The role of social media through life transitions. *Computers & Education*, *146*, Artigo 103754. <https://doi.org/10.1016/j.compedu.2019.103754>
- Turner, V. W. (1960). *Rite of passage*. Routledge.
- Turner, V. W. (1974). *Drama fields and metaphors: Symbolic action in human society*. Cornell University Press.
- van Zoonen, L. (2002). Gendering the internet. *European Journal of Communication*, *17*(1), 5–23. <https://doi.org/10.1177/0267323102017001605>
- Vivienne, S., & Burgess, J. (2012). The digital storyteller's stage: Queer everyday activists negotiating privacy and publicness. *Journal of Broadcasting & Electronic Media*, *56*, 362–377. <https://doi.org/10.1080/08838151.2012.705194>
- Wajcman, J. (2007). From women and technology to gendered technoscience. *Information, Communication & Society*, *10*(3), 287–298. <https://doi.org/10.1080/13691180701409770>
- Ward, J. (2017). What are you doing on Tinder? Impression management on a matchmaking mobile app. *Information, Communication & Society*, *20*(11), 1644–1659. <https://doi.org/10.1080/1369118X.2016.1252412>
- Yang, C., Holden, S. M., Carter, M. D., & Webb, J. (2018). Social media comparison and identity distress at the college transition: A dual-path model. *Journal of Adolescence*, *69*(1), 92–102. <https://doi.org/10.1016/j.adolescence.2018.09.007>